

DISCURSO

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Marcelo Gomes Sodré, Vice-Diretor da Faculdade de Direito da PUC/SP, Presidente da mesa,

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Carlos Alberto Ferriani, paraninfo das Turmas do período matutino,

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Gilson Delgado Miranda, paraninfo das Turmas do período noturno,

Excelentíssimo Senhor Professor Titular Marco Antonio Marques da Silva, Vice-Coordenador da Pós-Graduação, em nome de quem cumprimento os demais Professores que compõem a mesa,

Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Antonio Carlos Malheiros, em nome de quem cumprimento as mães, pais, familiares e amigos de nossos formandos,

Prezados formandos, doravante queridos amigos da quinquagésima nona Turma da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a nossa PUC,

É a vocês, especialmente, que me dirijo na noite de hoje, tão especial para cada um e, não há por que deixar de reconhecer, para mim mesmo.

PRELIMINARMENTE

Será sempre insuficiente o tempo para agradecer a cada um de vocês pela honra, pelo privilégio e pela verdadeira e inegável responsabilidade de ser seu patrono. Saibam que a sua escolha e sua homenagem reverterá, como já tem revertido, em um professor ainda mais dedicado, ainda mais esforçado, ainda mais disposto para aprender para ensinar.

Obrigado por seu gesto, que me tocou de maneira profunda, que me realiza e que me anima, acreditem, a prosseguir sempre em frente aprimorando os passos dados até aqui, boa parte deles em sua companhia. Obrigado por me deixarem sem palavras para lhes agradecer. Obrigado por, com seu gesto, darem a entender que meu esforço na elaboração do meu *Curso sistematizado de direito processual civil* e cada um de seus sete volumes não foi em vão. Justo vocês que foram os primeiros a estudar direito processual civil integralmente por ele. Ao completar a elaboração dos setes volumes do *Curso*, não poderia querer experimentar, com vocês, outra sensação; não poderia querer coisa diversa.

Quero, também, agradecer de público aos meus Professores Assistentes — verdadeiros “assistentes *litisconsorciais*” — que me acompanharam nas classes que tive sob minha responsabilidade nesses últimos cinco anos, O MD e o ME. Refiro-me, para agradecê-los sempre insuficientemente, a André Pagani de Souza, a Heitor Vitor Mendonça Sica, a Letícia Zuccolo Paschoal da Costa e a Welder Queiroz dos Santos.

Ainda cabe um agradecimento especial e igualmente público às alunas que hoje se formam e que atuaram, nos termos regimentais da nossa Faculdade, ao meu lado na qualidade de monitoras: Carolina de Albuquerque Luiz Ferreira, Cristina Andrade Ortolan, Débora Piovezan Barbosa e Rachel Ajami Holcman.

NO MÉRITO

Hoje é o dia em que o nome de cada um de vocês é inscrito na história da nossa Faculdade. Honrem a sua origem, como honram o nome dos seus pais, da sua família, do seu país. Tenham orgulho dela. E não se iludam quando forem chamados de “doutores”; não se deixem confundir por isso. No nosso país, lamentavelmente, “doutor” é todo aquele que anda na rua pomposo, razoavelmente elegante e que usa palavras difíceis para evitar uma adequada comunicação. Cuidado com as armadilhas da nossa técnica, do nosso juridiquês... Não sejam coniventes com a mediocridade que impera no nosso tempo, com o conhecimento raso, muito raso, que não busca qualquer qualidade, contentando-se, se é que a busca, com a quantidade. Rejeitem a “alma *externa*”, de que fala o Jacobina de Machado de Assis. Busquem sua “alma *interna*”. É esta, não aquela, que *forma* e que *informa* o ser humano. É na direção desta e não daquela que está o norte a continuar a ser trilhado, o caminho a ser alcançado, agora como bacharéis em Direito. Não se esqueçam de onde vieram e saibam sempre para onde vão. E ao irem, olhem sim para baixo, para verem, bem de perto e de forma bem clara, os caminhos e todas as armadilhas, buracos e solavancos que nele existem.

Formar e informar o ser humano... Um humano de existência digna, tal qual a anunciada pela nossa Constituição Federal, o fundamento do nosso Estado e, pois, do nosso Direito, da nossa Justiça. Seu compromisso — nosso compromisso — é, basicamente, lutarmos para transformar o ser em humano. Direito são palavras predestinadas a transformar a realidade. O direito não é o mundo do “dever-ser”. Ele pressupõe um tal mundo mas não se confunde com ele e não se esgota nele. O direito é o “dever-ser” feito “ser”; o “dever-ser” realizado,

concretizado, transformado em realidade; realidade modificada para melhor, para aquilo que *deve-ser*.

Transformar palavras em realidade, transformar idéias em atos concretos. Eis sua tarefa mais básica como bacharéis em Direito.

Vale a pena refletir, um pouco mais, sobre o juramento que vocês fizeram no último dia 10 de janeiro na nossa PUC e que agora, nessa noite, reiterarão publica e solenemente perante seus convidados. Não se trata de um conjunto de palavras bonitas, de efeito, a serem proferidas e jogadas ao vento, para nunca mais serem ditas ou ouvidas e, pior, jamais escutadas e, menos ainda, vivenciadas. Lembrem-se delas sempre, tornem-nas verdadeira *oração* do dia-a-dia, tanto quanto a necessidade de se buscar na Constituição o ponto de partida de cada ação sua.

A Constituição merece ser lida e entendida. Mas não é o bastante. É preciso mais, é preciso *aplicá-la* bem; é preciso *vivenciá-la* para dela extrair todos os valores a serem perseguidos *no e pelo* Direito. São vocês que escolheram assumir perante si próprios, perante seus pais, perante as pessoas que vocês amam, perante o seu País, perante a sua Pátria, este difícil e nem sempre recompensador (em todos sentidos), caminho: fazer Justiça e fazê-la “pelas próprias mãos”. Sim “pelas próprias mãos”. A autotutela é vedada para os outros, para os não-bacharéis em Direito. São vocês, a partir de agora, com as suas próprias mãos, com o seu conhecimento, com a sua técnica, com a sua capacidade de discernimento, com os seus próprios valores, com os seus corações, que se apresentam como *instrumentos* de realização da Justiça. Vocês são e serão “funções essenciais à Justiça”. É esta a sua escolha. Vivam-na intensamente. E vivam-na para transformar, para melhor, a nossa realidade; vivam-na intensamente para que todos, sem distinções, vivamos melhor. Vivam-na intensamente para dar a todos vida digna.

Muito se fala nos dias de hoje na necessidade de se alterar legislações, inclusive a processual civil, para tornar a justiça mais rápida e mais célere. Tudo tem sido medido em estatísticas, como se transformar os conflitos das pessoas em números fosse suficiente para resolvê-los ou, menos que isso, para compreendê-los. Começa-se a falar, até mesmo, em nova emenda à Constituição, para alterar profundamente o papel desempenhado pelos Tribunais Superiores para alcançar aquele resultado, como se redução da carga de trabalho do Judiciário fosse o fim desejado pelo Direito e pela Justiça.

Rapidez e celeridade não são, com o devido respeito, valores que possam por si sós servirem de guias para qualquer reforma do sistema judiciário no Brasil. A tarefa é muito mais árdua do que a modificação de um Código e de leis, por melhor que seja o que se propõe. O

atingimento daquele objetivo passa por um necessário sistema de reeducação da nossa gente, na sua transformação em cidadãos conscientes que o são. O atingimento daquele objetivo passa na postura dos nossos governantes, de boa parte de nossas estatais e em importantes agentes econômicos, todos eles, nessa ordem, os maiores litigantes do país. Não se trata, isso é certo, de dar assistencialismo barato preocupado apenas com o presente, como se não houvesse futuro; como se os compromissos impostos pela Constituição da vida digna, do transformar o ser em humano, simplesmente deixasse de existir a cada cinco anos.

Não podemos, destarte, deixar-nos levar pela ingenuidade hoje reinante de que novas leis, por melhor que sejam, possam resolver, por si sós, todos os problemas da realidade. Como sói ocorrer, também nesse campo, a dicotomia entre “direito” e “justiça” se faz presente. A justiça é mais ampla que o direito; não basta, assim, um *novo* direito; temos que pensar novo, criar novas formas de discussão, acompanhamento, produção, comunicação. Precisamos saber transportar a nova realidade social e seus novos conflitos para o direito sem perder de vista a Justiça. E no campo do Direito e da Justiça não podemos tratar nossos semelhantes como números, como estatísticas ou propor Pactos mirabolantes de julgar processos aos montes. Ou, guardadas as devidas proporções, quem sugeriria que, para resolver o caos da saúde pública no Brasil, seria o caso de fechar hospitais e estabelecer prazos máximos para a duração de cirurgias ou tratamentos?

Eventual discordância ou mais que isso, crítica ao que acabo de falar é muito mais do que bem-vinda; é necessária. É típica, aliás, de um bacharel de Direito, ainda mais formado pela nossa Faculdade. Ela só mostra o quanto é distante o “dever-ser” e o “ser”, e o quanto são variados os caminhos da necessária transformação mencionada; o quanto é fundamental ter liberdade para pensar e pensar criticamente; pensar no que não foi pensado; criar, portanto. É por isso, guardem esse conselho — é essa a principal razão pela qual estou aqui — que vocês não podem perder a capacidade de se indignar; de ficarem indignados com o que vocês vêem e verão, que vocês ouvem e ouvirão. Essa capacidade é e tem que ser diretamente proporcional entre o descompasso entre o “dever-ser” e o “ser”.

Lamentavelmente, é muito fácil ilustrar os desafios que se põem para vocês. É só ler os jornais de hoje e de ontem, sem exceção. Boa parte das notícias, fosse, ainda, tempo de nossas aulas, seria transformada em seminário, em atividade prática, para indispensáveis discussões. O que hoje, por força de normas ministeriais, algumas outras Faculdades — aqui chamadas simplesmente de “as concorrentes” — acham ter descoberto ou inventado, nasceu e se

desenvolveu com a nossa Faculdade de Direito que, em boa hora, deliberou por importante modificação regimental para aprimorar um de seus maiores patrimônios de ensino.

No início desse ano, como se chuvas de verão e seus estragos não fossem fato previsível entre nós, houve um Prefeito que, diante do desabafo de uma cidadã que reclamava do descaso das autoridades com as condições de sua moradia, localizada nas chamadas “áreas de risco”, disse que era preferível que ela morresse.

Charles Dickens, em seu famoso “Cântico de Natal”, narra cena similar para descrever o avarento Scrooge. No conto, duas pessoas vão a ele para lhe pedir esmolas para os mais pobres. Scrooge, ao negar o pedido, sugere que todos aqueles que dependem da caridade alheia morressem porque, morrendo, reduziriam o excesso de população. No conto, Scrooge é visitado por três espíritos e, sabemos todos o final, ele redime-se a tal ponto de se transformar em um segundo pai para Tim Cratchit, o “Pequeno Tim”, que, de outro modo, morreria.

A fala do personagem brasileiro, contudo, não é ficção. Percebam que tais notícias já não são mera simulação; não são mais métodos de ensino. Aqueles fatos são *realidade*. E são realidade que vocês não como meros *expectadores* mas como verdadeiros *atores* do Direito e da Justiça. Sim, vocês, agora, são *atores*, *atores sociais*. Os atores que têm, sobre seus ombros, a responsabilidade enorme, notória e objetivamente constatável de serem e de exercerem “funções essenciais à Justiça” em prol dos mais variados personagens do cotidiano que podem — e devem — fazer “justiça pelas próprias mãos”. Aqueles fatos, assim espero, são, de agora em diante, *aprendizado*.

Respeitada sempre a crença alheia, dificilmente o nosso personagem será assombrado pelos três espíritos de Dickens. O que cabe fazer em casos como tais? Cabe lembrar da decisão que cada um de vocês cinco anos atrás fez ao ingressar na nossa PUC. É o seu conhecimento que *assombrará* atitude como aquela; é seu conhecimento aplicado que evitará que ela se repita; que transformará a realidade, que se mostrará como lição devidamente aprendida.

E poderíamos ir além nesses exemplos, muito além. É ler, repito, o jornal de hoje e os de ontem. Que os jornais de amanhã não tragam mais notícias como essas. São vocês, a partir de agora, que terão a responsabilidade de *modificar* o noticiário para que nele, amanhã mesmo, sejam trazidas outras notícias, mais alegres, de maior realização humana, de maior felicidade, de maior confraternização; tudo, não é preciso ir tão longe, em consonância com os anseios impostos pela nossa própria Constituição.

O nosso futuro precisa de vocês; os nossos *personagens* precisam de *atores* como vocês. Mostrem a quem insiste em desconsiderar os objetivos e os fins a serem alcançados pelo Direito, os fantasmas devidos: os *meios*, os *limites*, os *fins* e as *responsabilidades* decorrentes do nosso sistema jurídico.

A técnica que agora dominam tem aptidão de transformar a realidade, modificando-a para melhor. Ela nada mais é do que saber conciliar o Direito e a Justiça para atingir o bem estar das pessoas. Bem vindos à era dos direitos humanos e não de quaisquer outros.

DOS PEDIDOS

Que vocês possam, ao seguir o seu próprio caminho, colher os frutos e as flores das sementes que plantaram ao longo desses cinco anos. Que tenham também aprendido a semear.

Que vocês sejam instrumentos decisivos na realização do Direito, da Justiça e, pois, da transformação social. Que sejam instrumentos afinadíssimos ao diapasão constitucional, aptos a tocar não só a mais bela das melodias mas, também, senão principalmente, a bem harmonizá-las.

Não percam, mesmo com o passar do tempo, a sua capacidade de indignação. Não se acomodem. Não se curvem ao *ser*, em detrimento do que *deve-ser*. Lembrem-se que todo o Direito e toda a sua realização é voltada a nós mesmos, à nossa felicidade, dos seres humanos em geral; a nada mais.

E, como diria o Pequeno Tim, com a doçura, a ingenuidade e a sinceridade que só as crianças têm: que Deus abençoe cada um de vocês e seus caminhos.

São os termos em que

Peço deferimento.

Cassio Scarpinella Bueno

6 de abril de 2011